



ALAP 2020

IX Congreso de la Asociación
Latinoamericana de Población



9 a 11 diciembre

EL ROL DE LOS ESTUDIOS DE POBLACIÓN TRAS LA PANDEMIA DE COVID-19 Y
EL DESAFÍO DE LA IGUALDAD EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

Adriana MIRANDA-RIBEIRO, Cedeplar/UFMG, adrianamr@cedeplar.ufmg.br

Paula MIRANDA-RIBEIRO, Cedeplar/UFMG, paula@cedeplar.ufmg.br

Andréa Branco SIMÃO, Cedeplar/UFMG, deia@cedeplar.ufmg.br

**OLHANDO PARA TRÁS: FECUNDIDADE NA ADOLESCÊNCIA ENTRE
MULHERES DE DUAS COORTES DE 29 A 33 ANOS NO BRASIL**

OLHANDO PARA TRÁS: FECUNDIDADE NA ADOLESCÊNCIA ENTRE MULHERES DE DUAS COORTES DE 29 A 33 ANOS NO BRASIL

INTRODUÇÃO

O objetivo central deste estudo é analisar mudanças e permanências em características socioeconômicas e demográficas de mulheres, pertencentes a duas coortes diferentes de nascimento, que tiveram o primeiro filho antes dos 20 anos de idade. As características dessas mulheres serão comparadas com as de mulheres da mesma geração, mas que não tiveram filho antes de chegarem aos 20 anos. Duas perguntas centrais guiam o desenvolvimento do estudo: é possível observar diferenças entre as mulheres que tiveram filho na adolescência e aquelas que tiveram depois dos 20 anos? Se sim, quais são as diferenças? Para realizar esse estudo serão utilizadas histórias de nascimentos reconstruídas a partir dos dados dos Censos Demográficos do Brasil de 1980 e de 2010. São objeto de estudo, as mulheres que, em 1980 e 2010 tinham entre 30 e 39 anos que declararam ter tido filho nascido vivo; os grupos de comparação são compostos por: a) mulheres que tiveram o primeiro filho entre 15 e 19 anos e; b) mulheres que tiveram o primeiro filho após 20 anos de idade. Região, total de filhos nascidos vivos, situação conjugal, raça/cor e escolaridade serão as variáveis consideradas para essa análise.

A expectativa é de que os resultados desse estudo possam contribuir para ampliar a compreensão de questões relacionadas à fecundidade na adolescência, particularmente aquelas relacionadas ao impacto que esse evento exerce em alguns aspectos da vida das mulheres. Embora exista um número expressivo de trabalhos que analisam a questão da fecundidade na adolescência, poucos são os que investigam efeitos desse acontecimento analisando características sociodemográficas de mulheres mais maduras que experimentaram o nascimento de um filho enquanto ainda eram adolescentes. Muitos estudos realizados sobre o tema têm como foco as adolescentes entre 15 e 19 anos (VIGNOLI; CAVENAGHI, 2014; CHIAVEGATTO FILHO; KAWACHI, 2015; BURATO et al., 2019) e, mais recentemente, aquelas entre 10 e 14 anos (BORGES et al. 2016; DIAS JR. et al. 2020). No entanto, é mais difícil verificar os efeitos da fecundidade durante a adolescência em mulheres que ainda estão nessa fase ou recém-saíram dela, pois suas trajetórias, em várias dimensões, ainda não estão bem consolidadas e há possibilidades de reversão. Para tentar contribuir com o conhecimento acerca dos efeitos da fecundidade na adolescência, o foco desse estudo está voltado para as mulheres de 29 a 33 anos de idade, que já têm ao menos uma década de vida pós-adolescência e, por isso, apresentam chances mais elevadas de terem características mais definidas.

Para tratar das questões inicialmente colocadas, esse resumo estendido está dividido em cinco partes, sendo a primeira essa introdução. A segunda parte apresenta algumas considerações sobre a fecundidade adolescente no Brasil, ressaltando alguns estudos relevantes sobre o tema. A terceira parte apresenta o método escolhido para atingir o objetivo central proposto. A quarta parte mostra e analisa os resultados obtidos e, por fim, na quinta parte, são feitas algumas considerações finais sobre o estudo ora desenvolvido.

FECUNDIDADE NA ADOLESCÊNCIA: ALGUNS APONTAMENTOS

O século XX testemunhou uma importante mudança na percepção sobre a gravidez e a fecundidade na adolescência. Bastante comum durante a adolescência, o casamento tinha, como uma consequência imediata, a geração de filhos. À medida que as expectativas sobre o papel social das mulheres vão mudando, a gravidez e a fecundidade na adolescência deixaram de ser vistas como algo normativo. A partir do final dos anos de 1960, as altas taxas de fecundidade que caracterizavam o cenário demográfico do país começam a declinar, atingindo, em períodos mais recentes, o que se denomina de nível de fecundidade abaixo de reposição (2,1 filhos por mulher). Esse declínio, contudo, não foi seguido de maneira uniforme por mulheres de todos os grupos etários. O que os dados dos censos demográficos brasileiros revelaram é que, entre 1980 e 2000, as taxas de fecundidade de todos os grupos etários declinaram, exceto daquele formado por mulheres entre 15 e 19 anos. As taxas de fecundidade entre adolescentes declinaram na década seguinte, mas ainda assim se mantiveram em patamares elevados.

Em função desse cenário, a partir do final dos anos 1980 o tema vem sendo estudado de forma consistente no âmbito da Demografia (HENRIQUES; SILVA, 1988; MELO, 1988; MELO, 1996; SILVA, 1996; CAMARANO, 1998; GUPTA; LEITE, 1999, BRASIL; SANTOS, 2000; SILVA, 2002; MOREIRA, 2002; AQUINO et al., 2003; LEITE et al., 2004; BERQUÓ; CAVENAGHI, 2005; COSTA et al., 2005; MENEZES et al., 2006; YAZAKI, 2008; FRANÇA, 2008; MCKINNON et al., 2008; MIRANDA-RIBEIRO et al., 2009; SANTOS et al., 2000; ABREU et al., 2000; CABRAL, 2002; ALMEIDA, 2002; RESENDE; FONSECA, 2008; MIRANDA-RIBEIRO, et al., 2010; entre outros).

Alguns dos autores anteriormente mencionados sugerem que a gravidez na adolescência nem sempre foi visto como um problema. Nessa direção, Abreu, Miranda-Ribeiro e César (2000) ressaltam que, até o final do século XIX, a maternidade antes dos 20 anos era usual e decorria, em geral, do padrão de formação de família vigente na época. Nesse período, a gravidez e a maternidade aconteciam em idades ainda bem jovens e não eram percebidas como

um problema. Na verdade, a expectativa social era de que as jovens se casassem até em torno dos vinte anos, caso contrário, seriam consideradas como “solteironas”. À medida que a fecundidade foi declinando no país, essa percepção começou a se alterar e, na atualidade, conforme enfatiza Coll (2001), a maternidade é vista como uma função da idade adulta. No entanto, uma adolescente tem a possibilidade de engravidar sem ter cumprido o que se espera dela em termos de trajetórias. Quando isso acontece, a expectativa é de que efeitos negativos de longo prazo afetem diversas dimensões da vida das mães e, também, da de seus filhos. (LUONG, 2008) Assim a gravidez e a maternidade entre adolescentes revelam desigualdades que comprometem eminentemente a vida de jovens, particularmente daquelas de estratos socioeconômicos mais vulneráveis, reduzindo suas oportunidades e chances de melhores condições de vida (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2016).

Ao analisarem os efeitos de transferências de renda sobre a redução da fecundidade de adolescentes no Brasil, Olson e seus colegas (2019) argumentam que adolescentes que vivem na pobreza são as mais afetadas pelos resultados adversos da fecundidade adolescente. Quando comparadas com adolescentes que não engravidaram, as que engravidam durante a adolescência têm duas vezes menos chances de permanecerem na escola quando se tornam mães. Enquanto 80% das meninas entre 16 e 17 anos que não engravidam permanecem estudando, somente 25% das que têm filhos conseguem fazer o mesmo. A correlação entre aumento no nível educacional e redução na fecundidade tem sido observada não somente no Brasil, mas em diferentes países da América Latina (GUPTA; LEITE, 1999).

Ordem de nascimentos mais altas também estão associadas com o *timing* da primeira gravidez. Mães adolescentes apresentam uma chance mais elevada de terem mais filhos, tornando mais difícil a conquista de níveis mais elevados de bem-estar. A correlação entre gravidez na adolescência e níveis mais baixos de escolaridade resultam em desvantagens que podem dificultar o desenvolvimento das crianças através do curso de vida (OLSON et al., 2019). Furstenberg et al (1987) ressaltam que nascimentos adicionais durante a adolescência podem restringir as mães de frequentarem a escola e ganhar experiências de trabalho. Meninas que tiveram filhos na adolescência apresentam pior desempenho escolar, níveis de aspirações mais baixos e vem de famílias que enfrentam mais desvantagens do que aquelas que não tiveram filhos durante a adolescência. Apesar disso, é preciso lembrar que o fato de integrarem um mesmo contingente etário não torna as pessoas semelhantes: desigualdades em distintas dimensões da vida determinam contextos culturais e oportunidades completamente diferentes (VILLELA, 2006). O estudo de Lima et al. (2017), no entanto, mostra que em alguns países da América Latina, inclusive no Brasil, altas taxas de fecundidade não planejada em mulheres

mais jovens andam lado a lado com desigualdade de renda e diferenças sociais mais agudas, especialmente no caso de mulheres de nível educacional mais baixo. Olson et al. (2019) salientam que adolescentes que vivem na pobreza são particularmente afetadas pela gravidez na adolescência.

Sabe-se que, no caso do Brasil, as desigualdades por raça/cor são importantes. Ao analisarem dados dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010, Martins e Verona (2019) observam que as chances de ter tido um filho era maior as negras do que entre as brancas. Para Vignoli (2014) esse padrão é sistemático e retroalimenta o mesmo padrão, pois tende a deteriorar ou a pressionar a situação de grupos já vulneráveis e de menor poder socioeconômico. Esse círculo que se forma, agudiza as desigualdades sociais iniciais e revelam um exercício assimétrico dos direitos, em particular dos direitos sexuais e reprodutivos.

Além dos aspectos envoltos na questão raça/cor, Martins e Verona (2019) também mostram que as diferenças na fecundidade adolescente é visível quando as diferentes regiões do país são analisadas: viver na região Centro-Oeste, segundo os autores, aumentava as chances de uma adolescente ter tido um filho nos 12 meses anteriores ao censo.

FONTE DE DADOS E MÉTODOS

Para este trabalho, foram utilizados os microdados das histórias de nascimentos reconstruídas a partir dos Censos Demográficos de 1980 e 2010. A metodologia de reconstrução de histórias de nascimentos baseada no processo de pareamento (Miranda-Ribeiro, Rios-Neto e Carvalho, 2009), utiliza informações sobre a estrutura domiciliar/familiar e algumas variáveis sobre reprodução, disponíveis nos censos, para alocar no tempo os nascimentos declarados das mulheres recenseadas. Além de alocar os filhos presentes no domicílio, o método imputa as idades dos filhos omitidos – ausentes ou falecidos –, por um período de quinze anos anteriores a cada censo. No banco de dados das histórias de nascimentos reconstruídas, cada linha corresponde a uma mulher e contém variáveis que indicam quantos filhos a mulher teve em cada ano e a ordem dos filhos nascidos, nos quinze anos anteriores ao censo.

As histórias de nascimentos reconstruídas a partir dos Censos Demográficos de 1980 e 2010 cobrem os períodos 1966 a 1980 e 1996 a 2010, e permite identificar se as mulheres com idade entre 29 e 33 anos na data dos Censos (1980 e 2010) – duas coortes, portanto – tiveram o primeiro filho antes de completarem 20 anos de idade. No início das séries, essas mulheres tinham entre 15 e 19 anos de idade.

Variáveis utilizadas na comparação:

Região: composta por 5 categorias: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Total de filhos nascidos vivos: representa o total de filhos nascidos vivos declarados pelas mulheres nos Censos de 1980 e 2010. A categoria 4+ inclui as mulheres que declararam terem tido 4 ou mais filhos nascidos vivos.

Estado conjugal: A variável utilizada tem três categorias: (i) vive com cônjuge; (ii) não vive mas já viveu com cônjuge; e (iii) nunca viveu com cônjuge. No Censo 2010, essa variável é perguntada diretamente às mulheres. No Censo 1980, ela foi construída com base na variável 'Estado Conjugal'. Foram classificadas na categoria (i) as mulheres que declararam viver em casamento civil e religioso, só em casamento civil, só em casamento religioso e em outro tipo de união; foram classificadas na categoria (ii) as que se declararam viúvas, separadas, divorciadas e desquitadas; foram classificadas na categoria (iii) as solteiras.

Raça/Cor: é composta por três categorias: brancas, negras (pretas + pardas) + indígenas, e amarelas. É importante ressaltar que a categoria indígena foi incorporada no Censo 1991; em 1980, os indígenas estão classificados como pardos e, por isso, foram incluídos na categoria pardos em 2010, para compatibilização.

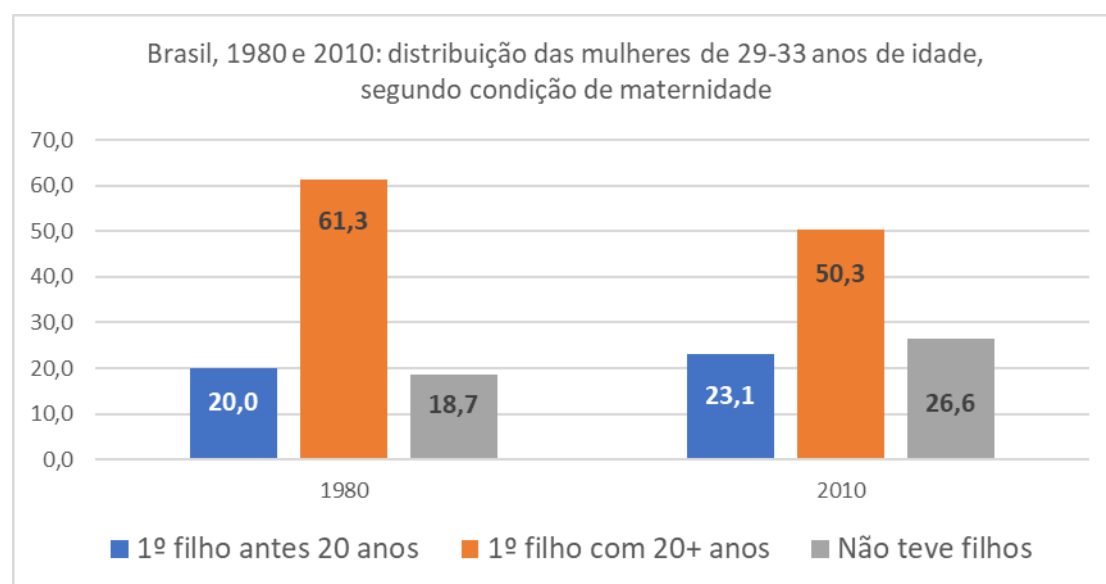
Nível de escolaridade: é composta por quatro categorias, definidas de acordo com as informações disponíveis no Censo Demográfico de 2010. A categoria 'sem instrução e Ensino Fundamental incompleto' agrega mulheres que têm até 7 anos de estudo completos. No segundo grupo, 'Ensino Fundamental completo e Ensino Médio incompleto', estão as mulheres que têm entre 8 e 10 anos de estudo completo. O terceiro grupo, 'Ensino Médio completo e Ensino Superior incompleto' agrupa mulheres que terminaram o Ensino Médio (11 anos completos de estudo), mas não necessariamente ingressaram no Ensino Superior (e, tendo ingressado, não completaram o nível). O quarto grupo é composto pelas mulheres que concluíram ao menos o Ensino Superior.

RESULTADOS DESCRITIVOS

Os bancos de dados das histórias de nascimentos reconstruídos a partir dos Censos Demográficos de 1980 e 2010 utilizados neste trabalho são compostos, respectivamente, por 4.108.877 e 8.284.918 de mulheres com idade entre 29 e 33 anos. Embora mulheres de 29 e 30 anos de idade tenham maior participação no grupo em 1980, a idade média é de 30,9 anos nos dois censos.

A condição de maternidade, neste trabalho entendida como o fato de a mulher ter tido ou não o primeiro filho na adolescência, mostra perfis distintos de mulheres nos dois censos. Em 1980, 20,0% dessas mulheres haviam tido o primeiro filho antes dos 20 anos de idade; 61,3% haviam tido o primeiro filho a partir de 20 anos de idade; e 18,7% não haviam tido filhos até o momento do censo. Em 2010, observa-se aumento do percentual de mulheres que foram mães antes dos 20 anos de idade (23,1) e das mulheres que não foram mães até a idade investigada (26,6); o percentual de mulheres que tiveram filhos após os 20 anos de idade foi de 50,3 (Gráfico 1). É importante destacar que esse grupo de mulheres não encerrou o período reprodutivo e que, portanto, o percentual de mulheres que foram mães após os 20 anos de idade e ainda não tiveram filhos deverá mudar.

Gráfico 1

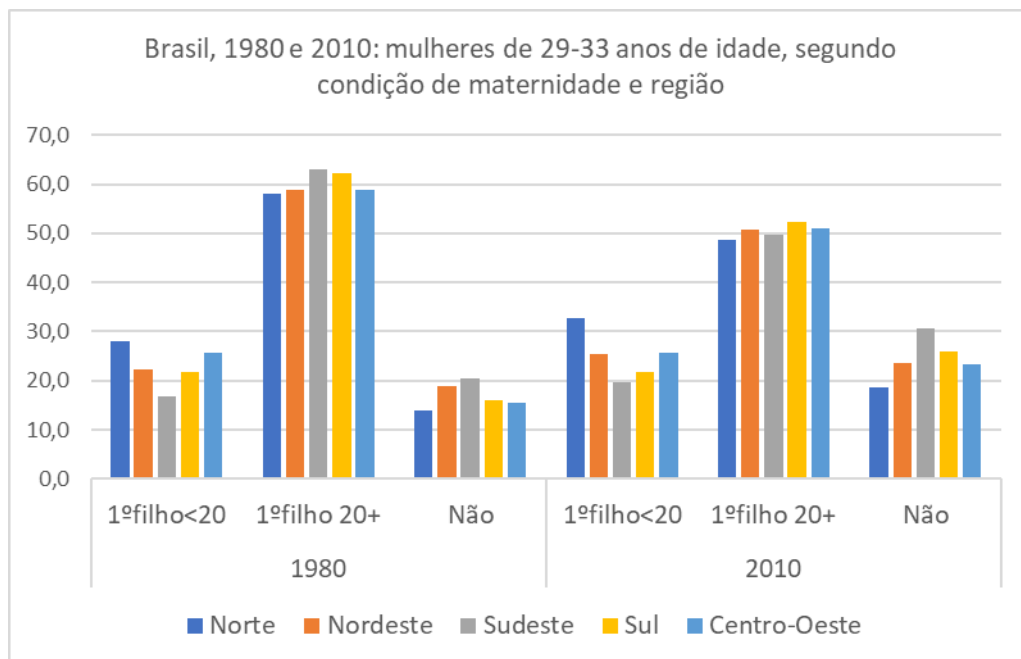


Fontes: Censos Demográficos de 1980 e 2010 (microdados das histórias de nascimentos reconstruídas)

O Gráfico 2 apresenta os percentuais de mulheres segundo a condição de maternidade para as cinco regiões brasileiras. Os resultados segundo a região indicam que o percentual de mulheres de 29 a 33 anos de idade que tiveram o primeiro filho após os 20 anos é semelhante nas cinco regiões brasileiras (aproximadamente 60% em 1980 e 50% em 2010). Entre as mulheres que tiveram filhos antes de completarem 20 anos de idade, observa-se a região Norte é a que apresenta os maiores percentuais: em 1980, quase 30% das mulheres analisadas haviam tido o primeiro filho antes de 20 anos de idade; em 2010, o percentual é pouco maior que 30%. Na região Sudeste estão os menores percentuais de mulheres que foram mães na adolescência,

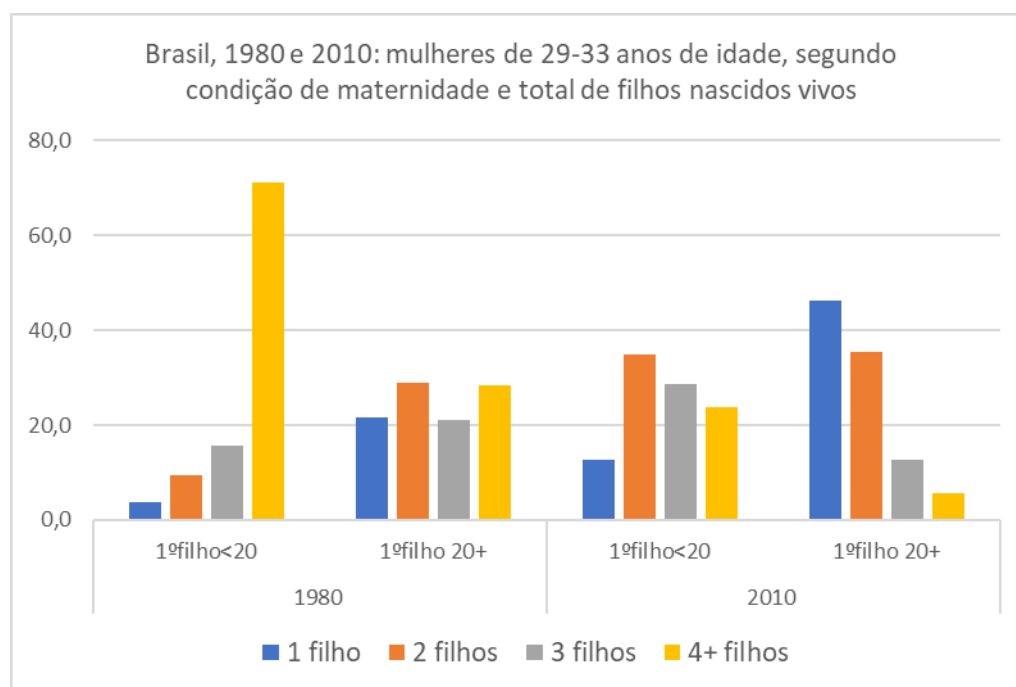
e os maiores percentuais de mulheres que não foram mães até a idade analisada, tanto em 1980 quanto em 2010. Comparando-se os dois períodos, observa-se, de modo geral, aumento do percentual de mulheres que foram mães adolescentes e mulheres sem filhos ao longo do tempo.

Gráfico 2



Fontes: Censos Demográficos de 1980 e 2010 (microdados das histórias de nascimentos reconstruídas)

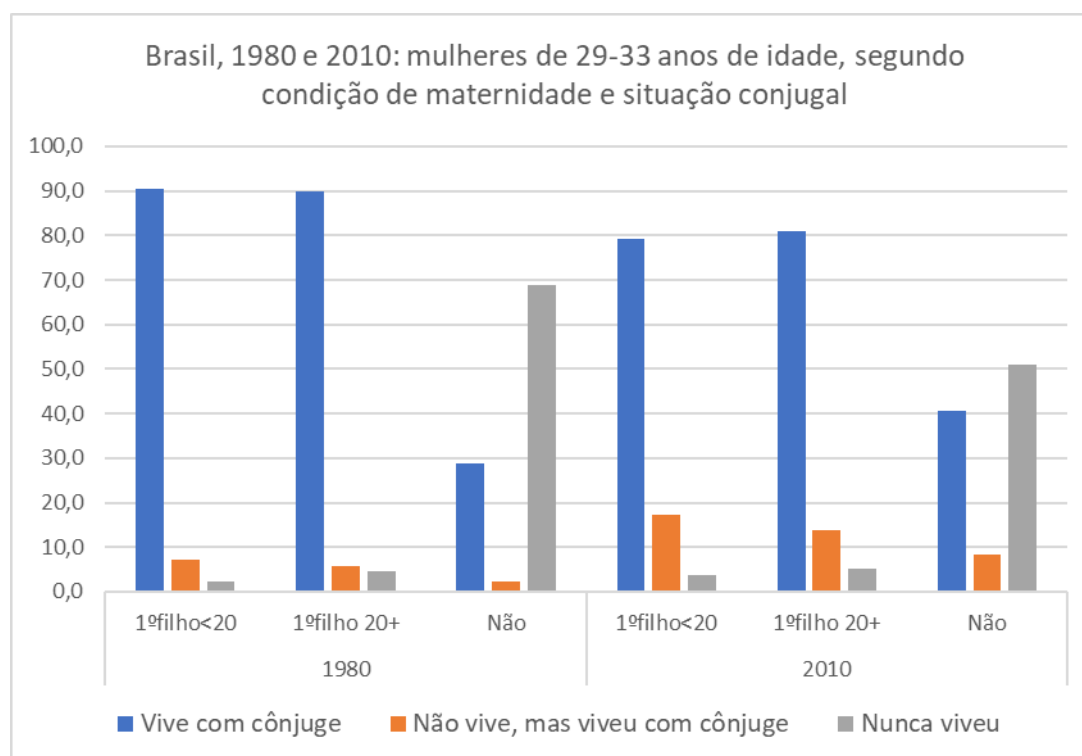
Gráfico 3



Fontes: Censos Demográficos de 1980 e 2010 (microdados das histórias de nascimentos reconstruídas)

No Gráfico 3, está representado o total de filhos nascidos vivos declarados pelas mulheres que tiveram e que não tiveram o primeiro filho antes dos 20 anos de idade, nos Censos Demográficos de 1980 e 2010. É importante destacar que não se trata da parturição final das mulheres, uma vez que não estão no final do período reprodutivo. Os resultados mostram que há uma participação maior das mulheres com parturição mais alta dentre as se tornaram mães antes dos 20 anos de idade, nos dois períodos. Em 1980, cerca de 70% das mulheres de 29 a 33 anos de idade que foram mães durante a adolescência tinham 4 filhos ou mais; menos de 15% tinham um ou dois filhos. No mesmo ano, entre as mulheres que tiveram o primeiro filho a partir dos 20 anos de idade, menos de 30% tinham quatro filhos ou mais; e 50% tinham um ou dois filhos. Em 2010 também existe diferencial segundo a condição de maternidade, mas não tão pronunciado. Entre as que foram mães na adolescência, 24% tinham quatro ou mais filhos, 64% tinham dois ou três e 12% tinha um filho. Entre as que não foram mães na adolescência, mais de 80% tinham um ou dois filhos, e menos de 6% tinham quatro filhos ou mais.

Gráfico 4



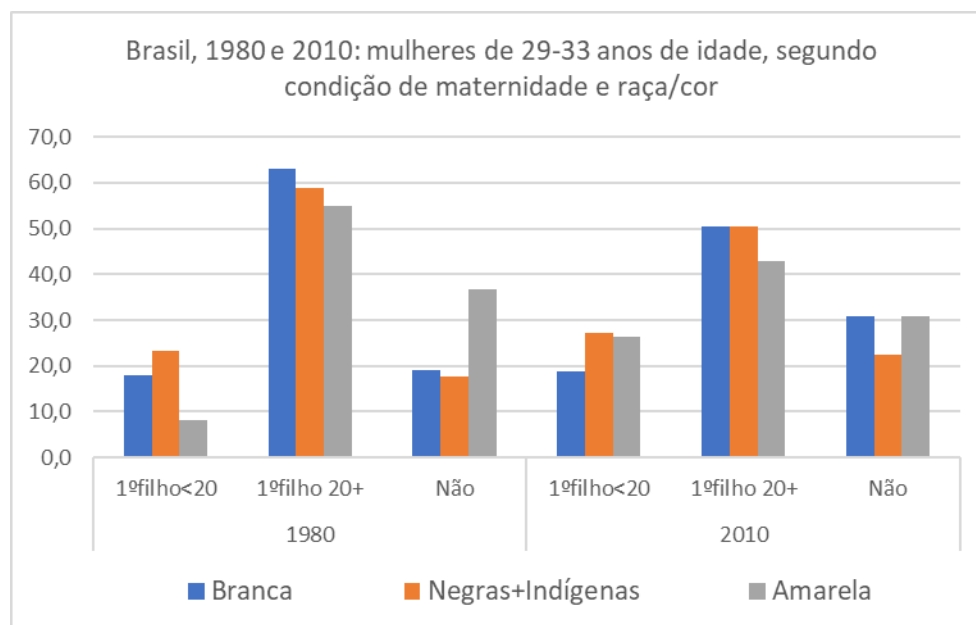
Fontes: Censos Demográficos de 1980 e 2010 (microdados das histórias de nascimentos reconstruídas)

A grande maioria das mulheres que tiveram filhos nascidos vivos, independente do momento em que tiveram os filhos, vive com cônjuge (Gráfico 4). Apenas entre as mulheres que não tiveram filhos, a categoria ‘nunca viveu’ com cônjuge é mais representativa. Em 1980, 90% das mulheres entre 29 e 33 anos de idade que tiveram algum nascido vivo estavam vivendo com cônjuge. O percentual dessas mulheres que nunca se uniram é inferior a 5%. Entre as que não tiveram filhos, cerca de 30% vive com cônjuge e quase 70% nunca viveu em união. Em 2010, o padrão permanece, embora os números sejam distintos. Entre as mulheres que tiveram filhos, independente do momento, a maioria vive com o cônjuge; comparando com 1980, há um percentual maior das que já viveram mas não vivem mais. Entre as que não tiveram filhos, a metade nunca viveu com cônjuge, mas há aumento das que vivem com cônjuge, chegando a 40% em 2010.

Com relação à raça/cor (Gráfico 5), os resultados evidenciam as desigualdades raciais entre brancas e negras, no que tange à condição de maternidade. As desigualdades são sistemáticas ao longo do tempo, com acirramento no final do período. Fica evidente que um percentual maior de mulheres negras teve o primeiro filho antes dos 20 anos de idade, nos dois

momentos. Vale chamar atenção para o fato de que, entre 1980 e 2010, houve aumento do diferencial entre brancas e negras no percentual de mulheres sem filhos.

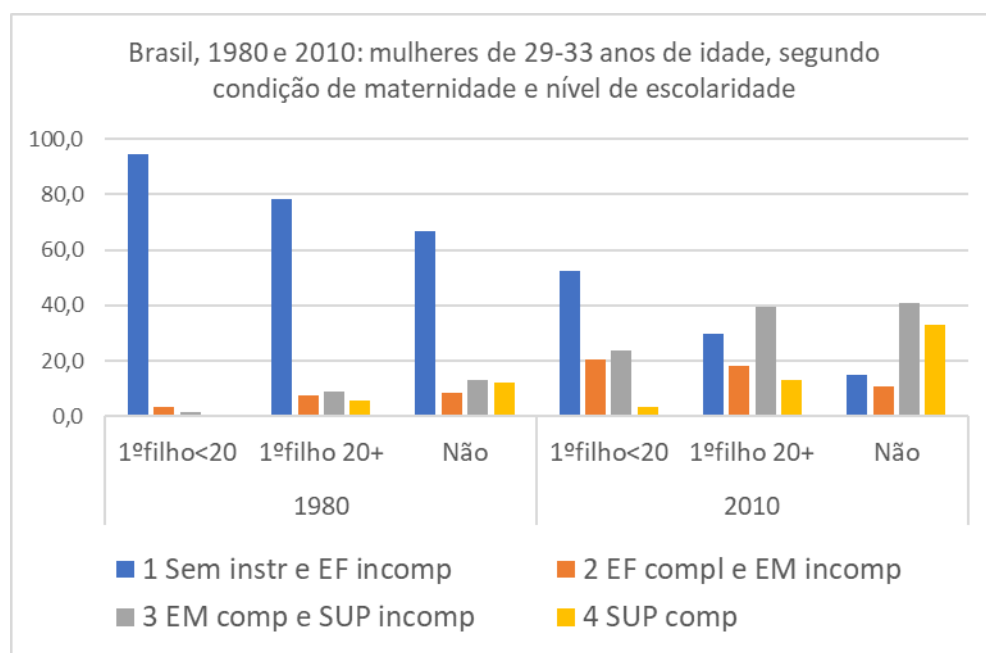
Gráfico 5



Fontes: Censos Demográficos de 1980 e 2010 (microdados das histórias de nascimentos reconstruídas)

Com relação ao nível de escolaridade, os resultados evidenciam diferenciais entre as mulheres, de acordo com a condição de maternidade (Gráfico 6). Tanto em 1980 quanto em 2010, o grupo das que possuem ensino fundamental incompleto é mais expressivo entre as que tiveram o primeiro filho antes dos 20 anos de idade; e menos expressivo entre as que não tiveram filhos. Por outro lado, as mulheres que têm pelo menos o Ensino Médio completo têm maior peso entre as que tiveram filhos após os 20 anos e as que não tiveram filhos. Os resultados evidenciam, também, a grande transformação na educação ocorrida nas três décadas que separam os dois censos: em 1980, era bastante expressivo o percentual de mulheres que não haviam terminado o ensino fundamental: 94% entre as que foram mães na adolescência e quase 70% entre as que ainda não haviam sido mães; em 2010, a participação desse conjunto de mulheres é menor, embora ainda relativamente alto entre as mulheres que tiveram o primeiro filho antes dos 20 anos de idade.

Gráfico 6



Fontes: Censos Demográficos de 1980 e 2010 (microdados das histórias de nascimentos reconstruídas)

DISCUSSÃO

As mulheres que foram incluídas nesse estudo tinham entre 29 e 33 anos em 1980 e 2010, sendo, portanto, das coortes nascidas entre 1947 e 1951 e entre 1977 e 1981. Isso significa que foram adolescentes nas décadas de 1960 e 1990. Os resultados refletem, de certa forma, momentos distintos da transição da fecundidade.

Os resultados indicam que as características das mulheres que tiveram filhos na adolescência são, em geral, distintas daquelas que tiveram filhos após os 20 anos de idade ou ainda não tiveram filhos. Entre 1980 e 2010 observa-se um aumento da proporção de mulheres da coorte 29-33 anos que foram mães enquanto ainda eram adolescentes. Esse aspecto reflete o aumento da fecundidade adolescente no passado.

As regiões Norte e Centro-Oeste se destacam por apresentarem as proporções mais elevadas de mulheres que foram mães na adolescência. Esse comportamento é observado nos dois momentos analisados. No entanto, em 2010, essa proporção é mais elevada na região Norte. Chama a atenção o aumento da proporção, em todas as regiões, de mulheres de 29 a 33 anos que, em 2010, ainda não tinham filhos. Esse aumento, em conjunto com a queda da proporção de mulheres que tiveram filhos a partir dos 20 anos, pode sugerir um adiamento da fecundidade entre essas mulheres, em todas as regiões.

A proporção de mulheres de 29 a 33 anos, segundo o total de filhos nascidos vivos declarados nos dois censos, reflete distintos regimes de fecundidade, o que fica evidenciado nos diferentes padrões observados nos dois períodos. É importante ressaltar que os resultados não mostram a parturição final das coortes. As mulheres que tiveram o primeiro filho na adolescência têm sempre uma parturição maior. Em 1980, a moda da distribuição entre as mães adolescentes era 4 filhos ou mais; em 2010, a moda era 2 filhos, embora a proporção das que chegaram à parturição 4+ também não seja desprezível, dado o regime de fecundidade observado na época. Outra característica associada ao regime de fecundidade mais recente é o fato de a fecundidade das mulheres que tiveram filhos a partir dos 20 anos estar concentrada nas ordens de nascimento mais baixas.

A análise da situação conjugal mostra a valorização da união na presença de filhos pelas duas coortes. Apesar disso, vale observar que entre as que têm filhos, aumenta a proporção daquelas que passam a viver sem cônjuge, o que sugere uma flexibilização das normas relativas à união. Outro aspecto que chama a atenção é o aumento da proporção de mulheres vivendo em união, entre as que não tiveram filhos até a idade 29-33 anos, sugerindo que a união não necessariamente implica em ter filhos.

Independente do período analisado, os resultados mostram que as mulheres autot classificadas como negras/indígenas sempre apresentaram proporções mais elevadas de filhos durante a adolescência. Tal fato contribui para a permanência dos diferenciais de vulnerabilidade das mulheres negras/indígenas, em relação às mulheres brancas.

Os resultados deixam claro o aumento da cobertura educacional no Brasil em décadas recentes, em todos os níveis, incluindo o Superior. Nos dois períodos, é evidente que as mulheres que têm filhos na adolescência apresentam mais dificuldade em completar a trajetória escolar. De acordo com os dados de 2010, a proporção de mulheres sem instrução/Ensino Fundamental incompleto caiu vertiginosamente, mesmo entre as que tiveram o primeiro filho na adolescência. Em 1980, a moda da distribuição era o menor nível educacional, independentemente de a mulher ter tido filhos, ou não. Em 2010, a moda entre as mulheres que tiveram filhos a partir de 20 anos era o Ensino Médio completo/Superior incompleto; entre as que não tiveram filhos, destaca-se a alta proporção de mulheres com nível Superior completo.

Das características analisadas, a educação é a única que pode estar diretamente associada a possíveis efeitos negativos da fecundidade na adolescência. Conforme apontado pela literatura, as mulheres que vivenciam a maternidade até 19 anos apresentam chances mais baixas de permanecerem na escola, quando comparadas àquelas que não tiveram filhos nessa fase da vida. Os níveis mais baixos de educação são associados com maiores dificuldades de

inserção no mercado de trabalho em ocupações que permitam ganhos salariais mais elevados. Essa dificuldade na educação traz, em geral, impactos de longo prazo no curso de vida das mulheres. Apesar de essa ser uma análise meramente descritiva, seus resultados apontam que, de maneira geral, a maternidade na adolescência está ligada a características socioeconômicas e demográficas menos favoráveis. No entanto, as mulheres que tiveram essa experiência podem não perceber dessa maneira. Nesse sentido, trabalhos de natureza qualitativa são essenciais para que se compreenda essa questão na perspectiva das mulheres.

REFERÊNCIAS

- ABREU, D. M. X., MIRANDA-RIBEIRO, P., CÉSAR, C. C. *A gente na adolescência acha que sabe tudo, mas não sabe nada: gravidez na adolescência, redes familiares e condições de vida das jovens mães e de seus filhos em Belo Horizonte*. 2000. (Trabalho apresentado no XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu-MG – Brasil).
- ALMEIDA, M. A. S. *Treze Meninas e suas Histórias... (Um estudo sobre gravidez adolescente)*. 2002. (Trabalho apresentado no XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu-MG – Brasil).
- AQUINO, E. M. L. et al. 2003. Adolescence and reproduction in Brazil: the heterogeneity of social profiles. *Cadernos de Saúde Pública* 19 (sup.2): s337-s388.
- BERQUÓ, E. S. ; CAVENAGHI, S. M. 2005. “Increasing adolescent and youth fertility in Brazil: a new trend or a one-time event?” Paper presented at the Annual Meeting of the Population Association of America, Philadelphia, Pennsylvania.
- BRASIL, M. C.; SANTOS, C. A. *Ficamos, e agora? A gravidez na adolescência no município de Manaus*. 2000. (Trabalho apresentado no XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu-MG – Brasil).
- CABRAL, C. S. Gravidez na adolescência as camadas populares do Rio de Janeiro: um “problema” de classe ou de geração? 2002 (Trabalho apresentado no XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu-MG – Brasil).
- CAMARANO, A. A. Fecundidade e anticoncepção da população jovem. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998. v.1, p. 109-133.
- COLL, A. Embarazo en la adolescencia ¿Cua’l es el problema? In S. D. Burak (ed.) *Adolescencia y juventud en América Latina*, Cartago, Costa Rica: Libro Universitario Regional, 2001.
- COSTA, J.V.; MELLO, L.F.; OJIMA, R. *Religion and fertility: understanding adolescence pregnancy and family religion*. Paper presented at the XXV IUSSP Conference, Tours, France, 2005.
- FRANÇA, M. B. *Fatores associados à iniciação sexual e reprodutiva na adolescência: um estudo para Belo Horizonte e Recife*, 2002. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, Dissertação de mestrado. 2008.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS. Fecundidade e maternidade no Cone Sul: anotações para a construção de uma agenda comum. UNFPA, 2016.

FURSTENBERG, F.; BROOKS-GUNN, J.; MORGAN, P. Adolescent mothers and their children in later life. *Family Planning Perspectives*, Vol. 19, No. 4, Jul. - Aug., 1987, pp. 142-151. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/2135159.pdf> Acesso em 04 de setembro de 2020.

GUPTA, N. 2000. "Sexual initiation and contraceptive use among adolescent women in northeast Brazil". *Studies in Family Planning* 31 (3): 228-238.

GUPTA, N., LEITE, I.C. 1999. "Adolescent fertility behavior: trends and determinants in Northeastern Brazil". *International Family Planning Perspectives*, 25(30): 125-130.

HENRIQUES, M. H. T., SILVA, N. V. *Gravidez na adolescência: um problema emergente?*. 1988. p. 357-382. (Trabalho apresentado no VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Olinda-PE – Brasil).

LEITE I. C., RODRIGUES, R. N.; FONSECA, M.C. 2004. "Fatores Associados com o comportamento sexual e reprodutivo entre adolescentes das regiões sudeste e nordeste do Brasil". *Cadernos de Saúde Pública* 20 (2): 474-481.

MCKINNON, S., POTTER, J.; GARRARD-BURNET, V. 2008. "Adolescent fertility and religion in Rio de Janeiro, Brazil in the year 2000: the role of Protestantism". *Population Studies* 62 (3): 289-303.

MELO, A. V. *Gravidez na adolescência: Uma nova tendência na transição da fecundidade no Brasil*. 1996. p.1439-1454. (Trabalho apresentado no X Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu-MG – Brasil).

MELO, A. V. *O fenômeno da reprodução entre jovens adolescentes de baixa renda: nota preliminar de um estudo de caso*. 1988. p. 319-332. (Trabalho apresentado no VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Olinda-PE – Brasil).

MENEZES, G. M. S., AQUINO, E. M. L.; SILVA, D. O. Induced abortion during youth: social inequalities in the outcome of the first pregnancy. 2006. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 22, p. 1431-1446.

MIRANDA-RIBEIRO, P.; LONGO, L. A. F. B.; RIOS-NETO, E. L. G.; POTTER, J. E. Fecundidade na adolescência e religião em Belo Horizonte: um primeiro exercício. 2009. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 26, p. 305-308.

MIRANDA-RIBEIRO, P.; LONGO, L. A. F. B.; POTTER, J. E., 2010. Deus dá, Deus tira? Uma análise preliminar da relação entre fecundidade na adolescência e religião em Minas Gerais, 2000. Paper to be presented at the XIV Seminário sobre a Economia Mineira – Economia, História, Demografia e Políticas Públicas. Diamantina, May 24-28, 2010

MIRANDA-RIBEIRO, A., RIOS-NETO, E.L.G., CARVALHO, J.A.M. Reconstrução de histórias de nascimentos a partir de dados censitários: uma análise comparativa de duas metodologias. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 21-35, 2009.

MOREIRA, M. M. *Adolescente e Jovens do Sexo Masculino: riscos de contrair HIV/AIDS ou DST ou engravidar uma parceira*. 2002. (Trabalho apresentado no XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu-MG – Brasil).

RESENDE, L. V., FONSECA, M. C. *Concepções metafóricas de adolescentes grávidas sobre sexualidade, gravidez e maternidade: um enfoque de gênero*. 2008. (Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu-MG – Brasil).

SANTOS, T. F., JUAREZ, F, MOREIRA, M. M. *A saúde reprodutiva de adolescentes masculinos em área de baixa renda no Recife*. 2000. (Trabalho apresentado no XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu-MG – Brasil).

SILVA, R. S. *Gravidez na adolescência: Aonde mora o problema?*. 1996. p.1545-1570. (Trabalho apresentado no X Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu-MG – Brasil).

VIGNOLI, J.R. E CAVENAGHI, S. Adolescent and youth fertility and social inequality in Latin America and the Caribbean: what role has education played?. *Genus*, Vol. 70, No. 1, pp. 1-25, 2014.

YAZAKI, L. M. *Maternidades sucessivas em adolescentes no estado de São Paulo*. 2008. (Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu-MG – Brasil).